Ética e Tecnologia da Informação (2008) 10:167–173
DOI 10.1007/s10676-008-9162-x
Ó Springer 2008

Sobre a fundação metafísica da ecologia da informação de Floridi

Rafael Capurro
Sistemas de Informação, Universidade de Mídia de Stuttgart, Redtenbacherstrasse 9, 76133 Karlsruhe, Alemanha E-mail: capurro@hdm-stuttgart.de

Resumo. O artigo apresenta uma avaliação crítica da fundação metafísica da ecologia da informação de Floridi. Destaca algumas das questões levantadas por Floridi em relação ao status axiológico dos objetos na 'infosfera', ao status moral dos agentes artificiais e à fundação da ética da informação de Floridi como ecologia da informação. Critico ainda a concepção ontológica de valor como uma categoria de primeira ordem. Sugiro que é necessário um enfraquecimento da ecologia da informação demiúrgica de Floridi para não esquecer as limitações dos atores humanos e/ou de seus substitutos, agentes digitais. Faço um apelo por uma visão teórica e prática racional desses agentes, além do raciocínio utópico quanto ao seu potencial status moral.

Palavras-chave ética da informação, Luciano Floridi, infosfera, fundamentos, agentes artificiais, ecologia da informação, ética intercultural da informação

Introdução

Com seu artigo 'Ética da Informação: Sobre os Fundamentos Teóricos da Ética da Computação', Luciano Floridi iniciou uma discussão internacional sobre o que até então era chamado de ética da computação (Floridi 1999). Um indicador do impacto deste artigo é fornecido, por exemplo, por uma busca no Google por 'ética da informação', que o seleciona entre os dez primeiros de cerca de 436.000 resultados. Outro indicador é o artigo da Wikipedia sobre 'Ética da Informação':

> Ética da informação é o campo que investiga as questões éticas decorrentes do desenvolvimento e aplicação das tecnologias da informação. Fornece uma estrutura crítica para considerar questões morais relativas à privacidade informacional, agência moral (por exemplo, se agentes artificiais podem ser morais), novas questões ambientais (especialmente como os agentes devem se comportar na infosfera), problemas decorrentes do ciclo de vida (criação, coleta, registro, distribuição, processamento, etc.) da informação (especialmente propriedade e direitos autorais, divisão digital). A ética da informação está, portanto, estritamente relacionada aos campos da ética da computação (Floridi 1999) e da filosofia da informação.

Este artigo destaca a conexão entre ética da informação e ética da computação, citando Floridi e seu neologismo 'infosfera' como fonte chave. Claro, o mecanismo de busca do Google e a Wikipedia não são entendidos como indicadores valiosos do meio acadêmico impacto do artigo citado, mas da atenção do público em geral dada a ele. A mudança da ética da computação para a ética da informação não é apenas uma questão de palavras. Vamos relembrar a definição de ética da computação de James H. Moor de 1985:

> Na minha visão, ética da computação é a análise da natureza e do impacto social da tecnologia da computação e a correspondente formulação e justificação de políticas para o uso ético de tal tecnologia. Uso a expressão 'tecnologia da computação' porque considero o assunto do campo de forma ampla, incluindo computadores e tecnologias associadas. Por exemplo, incluo preocupações sobre software, bem como hardware, e preocupações sobre redes que conectam computadores, assim como os próprios computadores. (Moor 1985, p. 266).

A mudança de Floridi da ética da computação para a ética da informação aborda não apenas a questão de até que ponto os computadores desafiam a moralidade de nossas ações, mas também a questão de até que ponto nós – e penso que Floridi interpreta esse 'nós' como se dirigindo não principalmente a profissionais de computação, mas a todas as partes interessadas – somos desafiados pelo que ele chama de 'infosfera'. Isso significa mais, como mostrarei, do que tornar explícita a mudança social e global criada pela Internet nos anos noventa e o que foi chamado desde o início dos anos setenta de 'Sociedade da Informação'.

Luciano Floridi e Jeff Sanders criaram em 2001 uma base institucional para a ética da informação, nomeadamente o 'Information Ethics Group' (IEG) em Oxford

Universidade, em colaboração com o Oxford University Computing Laboratory e a Faculdade de Filosofia. Ao mesmo tempo, Floridi situou a ética da informação dentro do horizonte mais amplo da 'filosofia da informação' (Floridi 2004; Herold 2004), um campo cujas raízes, pelo menos no que diz respeito ao conceito de informação, remontam a conceitos centrais da filosofia ocidental na Grécia Antiga, a saber, ideia, eidos, morphe e typos. (Capurro 1978; Capurro e Hjørland 2003). Esses conceitos foram traduzidos para

Latim com forma da qual o termo informatio origina-se. Seus significados centrais são: 'dar forma a algo' e 'moldar a mente' ou 'comunicar algo a alguém'. A concepção de Floridi de uma 'pluralidade de ontologias' (Floridi 1999, p. 45) pode ser entendida, acredito, dentro dessa tradição da metafísica ocidental.

A ética da informação evoluiu não apenas da ciência da computação, mas também tem raízes no campo da biblioteconomia e ciência da informação. A Universidade de Pittsburgh e a Kent State University estão entre as pioneiros dos EUA (Froehlich 2004; Hauptman 1988). Em nos últimos 10 anos, uma infinidade de conferências internacionais ocorreu e o número de publicações científicas aumentou dramaticamente. Revistas especializadas – como o 'Journal of Information Ethics', 'Ethics and Information Technology', o 'Journal of Information, Communication and Ethics in Society', a 'International Review of Information Ethics' ou o 'International Journal of Internet Research Ethics' – foram criadas e continuam a aumentar em número. Sociedades profissionais como a INSEIT (International Society for Ethics and Information Technology) ou a ICIE (International Center for Information Ethics) contribuíram para o desenvolvimento da ética da informação como um campo de pesquisa profissional juntamente com cursos em universidades ao redor do mundo. A ética da informação é uma questão-chave para as Nações Unidas, que organizou as conferências da UNESCO sobre aspectos sociais, éticos e legais da Sociedade da Informação desde 1998 e a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS) em 2003 e 2005. Como disciplina acadêmica, a ética da informação está em busca de sua identidade (Tavani 2002). Isso se deve ao fato de que um de seus principais desafios, nomeadamente o campo da tecnologia da informação, está em um processo vertiginoso não apenas em relação ao seu impacto mundial em todos os níveis da sociedade, mas também particularmente sobre culturas e valores (Hongladarom e Ess 2007; Capurro et al. 2007).

À luz da influência das noções centrais de Floridi no campo da Ética da Informação, juntamente com o crescimento e o alcance global da Ética da Informação, é especialmente importante avaliar criticamente as reivindicações e argumentos de Floridi. A seguir, vou primeiro destacar algumas das questões levantadas por Luciano Floridi sobre o status axiológico dos objetos na 'infosfera', bem como sobre o status moral dos agentes artificiais. Na segunda parte, apresentarei algumas críticas aos argumentos fundamentais de Floridi e às reivindicações da ética da informação como uma ecologia da informação.

Questionando o valor intrínseco dos objetos de informação

Floridi desenvolve uma fundamentação metafísica da ética da informação que envolve dois elementos-chave. Primeiro, em vez de considerar a interpretação digital dos seres (ou seja, como metafisicamente mais primária), busca fixar o significado do Ser dentro da perspectiva digital como a interpretação predominante do Ser atualmente. Embora Floridi fale sobre 'ontologia', concordo com Terrell Bynum quando ele chama essa funda-

ção(ões) 'metafísicas' (Bynum 2007). Eu critiquei essa visão em um artigo recente com base na diferença heideggeriana entre metafísica e ontologia (Capurro 2006a). Como mostrarei mais adiante, minha crítica pode ser menos forte diante do que Floridi chama de 'ecologia da informação'. Em segundo lugar, Floridi concebe os objetos de informação na infosfera como tendo um 'valor intrínseco' e, portanto, sujeitos ao respeito moral (Floridi 1999, 2003). Esta é uma questão-chave com a qual discordo.

Por que objetos de informação não têm valor intrínseco

Permita-me primeiro apresentar meu argumento sobre por que discordo da visão de Floridi de que objetos de informação possuem valor intrínseco. Valor não é uma propriedade de coisas, mas o efeito de nosso relacionamento com os outros. As coisas, naturais ou artificialmente produzidas, são per se sem valor, assim como os humanos são inestimáveis per se. As coisas, sejam naturais ou artificiais, têm um valor econômico potencial. A economia surge de um processo de avaliação. 'Diamantes essencialmente não valem nada' diz Mordechai Rapaport (Walt 2006). Como o filósofo australiano Michael Eldred observa, as coisas não são intrinsecamente valiosas, mas são boas para alguma coisa. Sua utilidade, que é refletida e temporariamente fixada como valor de troca em dinheiro, surge apenas no contexto dos usos como forma de convivência ou ethos no sentido de prática costumeira. Como Eldred enfatiza, valor é uma 'determinação de reflexão' (Reflexionsbestimmung) ou uma 'relação de espelho' e não uma propriedade das coisas (Eldred 2004). As coisas são validadas como valiosas dentro da interação social. Isso não significa que o avaliador possa atribuir um valor ad libitum de acordo

a preferências arbitrárias. Quando o jogo de avaliação ocorre – e ele ocorre permanentemente desde o momento de nossa presença no mundo como co-jogadores – refere-se também aos próprios jogadores, suas capacidades assim como seu papel único como co-jogadores. Neste caso, falamos de valores morais, ou seja, de nosso reconhecimento mútuo de nossas capacidades, bem como de nosso papel especial como co-jogadores. Ambos os aspectos de nossas vidas morais, como validadores e como membros de uma comunidade, são indiretamente refletidos na "interação" (Eldred

2006) de avaliar as coisas. A diferença entre ambas as interações, a econômica (avaliação de coisas) e a moral (avaliação de nós mesmos), é que no caso da interação moral de nossa valoração mútua, podemos tomar consciência da fonte inestimável que trazemos para o jogo e que também é a fonte do valor determinado que atribuímos à ação produtiva que chamamos de

trabalho. Isso, como podemos chamar, diferença ética entre ambas as interações torna plausível por que avaliação de coisas e produtos leva a uma potencial, ou seja, determinação não definitiva do valor do que produzimos ou encontramos. A própria ação produtiva e avaliadora faz parte do envolvimento em processos sociais e naturais nos quais estamos entrelaçados com base em nosso modo específico de ser como avaliadores. Esse entrelaçamento em tal processo de avaliação de nós mesmos, bem como das coisas que encontramos e/ou produzimos

é, para colocar em termos kantianos, nossa dignidade (Würde) que então não está fundamentada metafisicamente em sermos membros de um mundo transcendente de seres noumênicos, mas fenomenologicamente como a interação imanente na qual estamos, queiramos ou não, engajados. A origem da moralidade como a dimensão da atenção especial e respeito que devemos ou prestamos uns aos outros, reside assim não apenas na autonomia da pessoa (como Kant enfatiza), mas, mais radicalmente, no entrelaçamento da natureza sem valor das coisas com nossa própria presença avaliadora inestimável ao permitir que apareça a potencialidade do que permanece indeterminado no processo de ser, ou, para colocar em termos taoístas,

no dao. Dessa perspectiva, a economia, concebida como uma interação de avaliação, não é algo apenas não oposto à moralidade, mas pertence à própria essência ou privilégio da existência humana. Em contraste com essa visão, Floridi concebe uma "entidade de informação" – e tudo o que existe é uma "entidade de informação" diferenciada de acordo com a "essência específica das classes" (Floridi 1999, p. 45) – como tendo um valor intrínseco. Esta é uma visão clássica na metafísica ocidental desde Platão, que deixa inquestionado o conceito de Ser (ver abaixo).

Em outras palavras, a economia é uma característica antropológica fundamental que espelha indiretamente o jogo moral de atribuição de valores no qual estamos inseridos como jogadores avaliadores. Existir como ser humano é então não apenas sermos capazes de avaliar produtos naturais e artificiais, mas também de refletir essa capacidade sobre nós mesmos e atribuí-la uns aos outros. Nenhum valor econômico reflete diretamente os seres humanos que funcionam como espelhos inestimáveis, nem o processo que dá origem ao todo e o mantém vivo. Quando perdemos de vista os jogadores e o processo de alimentação, tornamo-nos meramente objetos de nossa própria avaliação. Muitas vezes reagimos então com a afirmação de um suposto cânone de valores (ocidentais) que deveriam estar lá fora, visíveis e permanentes como objetos físicos, tornados simbolicamente explícitos em declarações de direitos humanos e códigos de ética. Mas é nossa própria existência avaliadora que está lá fora espelhando o processo da vida. Nós, humanos, enquanto humanos, somos seres avaliadores (ens aestimans). Estimamos o preço das coisas assim como estimamos uns aos outros, aprendendo assim a nos estimar. Existe toda uma gama de possibilidades entre, digamos, o amor e a estimativa de preços. Até onde sabemos, somos os únicos seres vivos capazes de espelhar o mundo como o horizonte comum inestimável que nos permite avaliar as coisas. Esta posição teórica é apenas prima facie uma posição antropocêntrica. Na verdade, ela diz apenas que o processo de valoração baseia-se não apenas no avaliador humano, mas também na interação mútua do humano com o mundo comum como um horizonte inestimável. Isso não exclui, em princípio, que esse privilégio possa ser estendido a outras entidades naturais ou artificiais tornando-se parte da interação. (Voltarei a esse assunto abaixo.) Nossa reflexão sobre essa interação, particularmente em relação à natureza, é geralmente chamada de 'ecologia'. Eu então proporia reservar o termo valor intrínseco para entidades como nós, ou seja, para as inestimáveis. Isso não exclui a existência ou criação artificial de semelhantes e, portanto, é apenas prima facie uma postura antropocêntrica. Esta é uma perspectiva diferente da proposta por Floridi, que também tenta afastar o debate de um foco antropocêntrico. Na medida em que os seres humanos são concebidos como sendo-no-mundo (Heidegger), o próprio mundo, entendido como a abertura espaço-temporal compartilhada por seres do tipo que somos, tem em si um valor intrínseco, o que significa o paradoxo da impossibilidade de se tornar apenas um objeto de avaliação.

Enfraquecendo a ecologia da informação demiúrgica de Floridi

O termo 'ecologia da informação' tem sido usado na Alemanha desde os anos oitenta (Capurro1990). Em sua contribuição para a "Comissão Mundial sobre a Ética do Conhecimento Científico e da Tecnologia" (COMEST) da UNESCO, Floridi desenvolve um conceito de ecologia da informação como o tipo de ética da informação apropriada

para lidar com o mundo dos dados, informação, conhecimento e comunicação como um "novo ambiente" que ele chama de "infosfera" (Floridi 2001). "Novo" é esse ambiente, pois é baseado em tecnologia digital. Mas Floridi não restringe prima facie os conceitos de "infosfera" e ética da informação ao digital. Fica claro em sua argumentação que a "infosfera" é concebida como ontologicamente diferente do mundo físico. Se este é o caso, ele não está argumentando dentro do que chamo de metafísica digital, ou seja, a interpretação de todos os seres a partir de uma perspectiva digital. Mas, em outro sentido, ainda é metafísica, pois distingue claramente entre um mundo físico ou material e um mundo imaterial sem explicitar a questão do Ser em si. Uso o termo metafísica na tradição heideggeriana, como desenvolvida por Gianni Vattimo (Zabala 2007). Metafísica significa uma interpretação fixa (implícita ou explícita) do Ser dos entes. Ontologia, ao contrário, significa explicitar a questão do Ser que permite enfraquecer ambições metafísicas teóricas e/ou práticas sobre o que as coisas realmente 'são', como, por exemplo, que somos "um feixe de informação"

(Floridi 1999, p. 53). Somos? Em certo sentido, sim. Floridi não defende um reducionismo informacional grosseiro, mas sua perspectiva informacional é, creio eu, metafísica.

Quando ele aborda neste contexto a questão da divisão digital (DD), Floridi faz um "gap vertical" em relação à modernidade como um projeto que lida com a modelagem e, de fato, o domínio do mundo físico, enquanto a "infosfera" é concebida como um ambiente "alternativo" e "não natural" ou como o "espaço atópico da vida mental" (Floridi 2001, p. 5). Isso é, como já apontei, uma suposição metafísica ou idealista. Segundo Floridi, a DD afeta "indivíduos em vez de sociedades" (Floridi 2001, p. 7). Eu diria que afeta sociedades e não apenas indivíduos. A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação é um exemplo claro da magnitude e complexidade do problema que afeta a vida real e não apenas a "mental" das sociedades e até de continentes inteiros. Floridi opõe o controle do mundo natural, como previsto na modernidade, à construção da "infosfera". Mas argumento que essa concepção da "infosfera" como uma "hiper-realidade" separada, como dizem os fenomenologistas, do "mundo da vida", é uma ilusão. A "infosfera", caso ainda queiramos usar essa metáfora para abordar esse fenômeno complexo que surge especialmente desde o uso da tecnologia digital, tornou-se, entretanto, uma dimensão da vida cotidiana de milhões e até bilhões de pessoas e, portanto, não é uma "esfera" particular separada dela. Ela dá origem, de fato, a uma abordagem ambiental que inclui, como Floridi observa corretamente, questões de consumo de energia, resíduos gerados por TIC e formas de doenças relacionadas ao computador além das questões 'ambientais' específicas da própria poluição da informação (Floridi 2001, p. 10).

Não é, pelo menos para mim, totalmente compreensível como Floridi deriva dessas premissas suas quatro normas básicas de uma ética universal da informação baseada na negação moral de qualquer tipo de entropia da informação. Essas normas contradizem não apenas o fenômeno inevitável de, por exemplo, resíduos gerados por TIC e consumo de energia, mas também, por exemplo, a exclusão de vírus, SPAM e todo tipo de informação 'não útil'. Quase 97 bilhões de e-mails são enviados diariamente no mundo em 2007, dos quais mais de 40 bilhões serão SPAM (Patrizio

2007). Essa objeção pode ser questionada com base na distinção de Floridi entre "mensagens" e "objetos", no sentido de que mensagens que negam a existência não merecem respeito (Floridi 2003) ou considerando SPAM como não sendo (semântica) informação no sentido do termo de Floridi. A diferença entre "objetos" e "mensagens" está longe de ser analiticamente clara e plausível. O SPAM tem conteúdo semântico e é bem formado e verdadeiro – pelo menos do ponto de vista dos produtores! Em outras palavras, as "normas básicas" de Floridi (ver abaixo) não são apenas impraticáveis: além disso, não levam em conta que não apenas processos naturais são baseados em um processo permanente de criação de ordem ou 'informação' e entropia, mas também todas as criações artificiais.

Dizendo de outra forma: processos de comunicação, assim como processos de memória e esquecimento, baseiam-se em seleção. Ver o "ecossistema informacional" como algo perene é uma fantasia platônica. Essa visão de um processo duplo – mas não dualista – como no caso do natural e do (digital) informacional é algo que nós, nas culturas ocidentais, podemos aprender com o budismo (Nishigaki 2006). Floridi e Sanders enfraquecem a ideia de que qualquer tipo de destruição de dados é má (Floridi e Sanders 2004, p. 21), o que mostra ao mesmo tempo que tal exclusão de dados está em contradição direta com suas afirmações originais de que todos os objetos de informação são intrinsecamente valiosos e, por fim, uma contradição lógica.

Ecologia da informação significa então não apenas o processo de seleção, ou seja, conservação e eliminação de informação por meio de um processo permanente de interpretação e comunicação dentro de uma chamada "infosfera" como uma espécie de "mundo imaterial" popperiano, mas, como Floridi observa corretamente, as formas de manter ou bloquear a interação com "o ambiente físico, a biosfera e a vida humana em geral" (Floridi 2001, p. 10). Essa formulação ainda pode ser interpretada metafisicamente, pois sugere a existência de "esferas" separadas que interagem entre si ou como algum tipo de mundo imaterial de

pensamento e algum mundo material fora dele, que nada mais é do que a divisão cartesiana. Essa divisão pressupõe a abertura original do mundo, ou o mundo "vazio" e sem fundamento na visão budista, que compartilhamos com outros. A ecologia da informação, nesse sentido, não é uma metáfora retirada do mundo físico para a "infosfera", mas pode ser entendida como a forma original pela qual habitamos o mundo

com outros compartilhando isso por meio do *logos humano*. A prima proclamação de "normas básicas" abstratas ou principia moralia como

0. não se deve causar entropia na infosfera (lei nula)

1. a entropia deve ser prevenida na infosfera
2. a entropia deve ser removida da infosfera
3. o bem-estar informacional deve ser promovido ampliando (quantidade de informação), melhorando (qualidade da informação) e enriquecendo (variedade de informação) a infosfera. (Floridi 1999, p. 47)

parece à primeira vista muito impressionante, mas sob análise mais detalhada não se pode imaginar a conexão da entropia como fenômeno físico com a "infosfera", especialmente com a digital. Mesmo que concebamos a "infosfera" metafisicamente como o todo da realidade (omnitudo realitatis), é difícil entender como poderíamos "prevenir" a entropia, incluindo nossa própria morte.

A questão-chave de uma ética da informação flexível ou situacional, que leve em conta diferentes contextos e processos naturais e culturais, assim como aspectos informacionais globais, é como evitar bloqueios desse entrelaçamento permanente e mutável. O SPAM é um exemplo de sobrecarga de informação que, por sua existência, provoca tal bloqueio. Criação de informação e entropia informacional não são opostos morais, como sugere Floridi (Floridi 2001, p. 5), assim como vida e morte, inspirar e expirar ou informação e não-informação. Tome-se, por exemplo, a discussão bioética e jurídica em andamento sobre o direito de não saber em relação, por exemplo, ao próprio status genético (Andorno 2004). A liberdade de pesquisa não é um valor moral absoluto, como aprendemos com as atrocidades dos experimentos humanos na Segunda Guerra Mundial. Em seu artigo "A Tragédia da Boa Vontade", Floridi escreve que, para escapar da "condição trágica da boa vontade", precisamos de mais poder, melhor informação, agentes globais e um

ética aumentada (Floridi 2006, pp. 259–260). Ele focariam, como ele chama, o "problema IT-teodiceano" da ética da informação em uma questão de "ética dos criadores (demiurgos, como no Timeu de Platão)" (Floridi 2006, p. 260). Ele estende, seguindo Habermas e Rorty, a responsabilidade moral dos "super-heróis individuais" para a ética não menos heroica dos "super-humanidade." O principal pressuposto para essa empreitada heroica é "re-ontologizar a própria natureza da infosfera", particularmente no que diz respeito às "novas ou digitais TIC" (ibid.). Mas, infelizmente, a humanidade não é uma comunidade habermasiana e o ditado de Charles Sanders Peirce, ao qual Floridi se refere, ou seja, "não bloqueie o caminho da investigação" (Floridi 2006, p. 261), deve ser relativizado em relação a outros valores e processos que podem ser bloqueados e até destruídos por tal imperativo moral incondicional da investigação científica, como já mencionei. Em outras palavras, a tragédia da boa vontade é que ela tenta escapar de sua condição por meio do poder, especialmente por uma humanidade empoderada pelas TIC, bem como por "agentes artificiais globais" geralmente chamados de programas de computador.

Conclusão

Não apenas a ambiguidade de tal fuga permanece inquestionada na abordagem de Floridi, mas também a questão do que tem sido chamado de "ecologia negativa" (pensamento 1989) seguindo os caminhos do "pensamento fraco de Schönherr (pensiero debole) aberto por Gianni Vattimo (Zabala 2007). O que precisamos então é "desontologizar" a "infosfera" para enfraquecer as ambições demiúrgicas da metafísica ocidental, incluindo a ideia um tanto exótica de criar agentes artificiais aos quais deveríamos ser moralmente respon-

sáveis (Floridi e Sanders 2004). Temos cerca de 6 bilhões de agentes morais na Terra. Por que deveríamos criar milhões (?) de agentes artificiais? Para lembrar a navalha de Ockham, entia non sunt multiplicanda sine necessitate. Como o próprio Floridi observa, precisamos de "um processo aberto e racional de discussão sobre o que precisa ser feito primeiro" (Floridi 2006, p. 261). Pensar na possibilidade de agentes morais artificiais não é, em minha opinião, uma alternativa realista nem racional, pelo menos em relação ao que precisa ser feito e pensado primeiro. A maioria das questões levantadas hoje sobre o status epistemológico e moral dos agentes digitais nada mais faz do que repetir os argumentos dos anos setenta

em relação à inteligência artificial (Dreyfus 1972; McCorduck 1979). Dizer que "qualquer agente que cause o bem ou o mal é moralmente responsável por isso" (Floridi e Sanders 2004, p. 21) é simplesmente diluir o conceito de moralidade.

Precisamos de um debate intercultural sobre ética da informação para discutir criticamente os limites e a riqueza da moralidade humana e do pensamento moral em diferentes sociedades, épocas e tradições filosóficas, bem como sobre seu impacto na apropriação social atual da tecnologia da informação. Isso abriria diferentes caminhos de teoria e prática que

enfraquecer as ambições da tecnologia da informação, assim como as pretensões dos códigos morais e do pensamento ético, e ao mesmo tempo abrir diferentes tipos de estratégias ao lidar com a exclusão digital. Esse debate pressupõe um diálogo filosófico paciente e respeitoso que não deve ocorrer sob a compulsão de consenso para alcançar a universalidade, também porque a universalidade permanece, em termos kantianos, uma "ideia reguladora" que não pode ser alcançada por nenhum tipo de código moral. O papel da ética é iluminar ou enfraquecer não apenas as moralidades locais, mas também a pretensão de princípios universais, tanto em relação às suas pressuposições inquestionadas quanto, especialmente, no que diz respeito ao seu uso prático indevido para interesses locais. Isso não é um apelo ao relativismo moral, mas um incentivo para iluminar nossas mentes e vidas em relação ao espaço aberto do pensamento e ao mundo sem fundamento que compartilhamos, o que nos permite permanecer em um processo interminável de entrelaçamento entre sociedade, natureza e tecnologia, buscando normas flexíveis que regulem, em vez de bloquear, tal processo. A metafísica ocidental desenvolveu um caminho de pensamento baseado na eficácia do poder. Seguindo a visão de François Jullien sobre tal tradição "de fora", ou seja, da China Antiga, particularmente do Daoismo, podemos descobrir conceitos e práticas alternativas que desafiam, do "Extremo Oriente", a obviedade dos referenciais do "Extremo Ocidente" (Jullien 1996). Tal diálogo pode ser paradoxalmente útil também para as nações do "Extremo Oriente" que se tornaram ou estão se tornando cada vez mais ocidentalizadas, mas ao mesmo tempo recuperam suas próprias tradições – como o confucionismo na China atual – ao tentar dar à sociedade da informação uma identidade local (Capurro 2006b). A ética intercultural da informação pode ser compreendida como profundamente relacionada, em nível teórico e prático, à ecologia da informação.

Referências

Roberto Andorno. O Direito de Não Saber: Uma Abordagem Baseada na Autonomia. Journal of Medical Ethics, 30: 435–439, 2004.

Terrell Ward Bynum. Fundamentos Metafísicos da Ética da Informação. In Kiyoshi Murata, Simon Rogerson e Terrell Ward Bynum, editores, Proceedings of the ETHI- COMP2007 "Bridging the Global Nature of Information and Communication Technology and the Local Nature of Human Seres Humanos", Universidade Meiji, Tóquio, Japão, 27–29 de março 2007 (Atas em impressão). http://www.ccsr.cse.dmu.ac.uk/conferences/ethicomp/ethicomp2007/abstracts/78.html.

Rafael Capurro, Information. Ein Beitrag zur etymologischen und ideengeschichtlichen Begründung des Informationsbegriffs. Saur Verlag, Munique, 1978.

Rafael Capurro. Rumo a uma Ecologia da Informação. In Irene Wormell, editora, Information and Quality, pp. 122–139. Taylor Graham, Londres, 1990.

Rafael Capurro. Rumo a uma Fundamentação Ontológica da Ética da Informação. Ética e Tecnologia da Informação, 8(4): 175–186, 2006a. http://www.capurro.de/oxford.html.

Rafael Capurro. Ethik der Informationsgesellschaft. Ein interkultureller Versuch, 2006b. http://www.capurro.de/parrhesia.html.

Rafael Capurro e Birger Hjørland. O Conceito de Informação. In Blaise Cronin, editor, Annual Review of Information Science and Technology (ARIST), Vol. 37, pp. 343–411. Information Today, Medford, New Jersey, 2003.

Rafael Capurro, Johannes Frühbauer e Thomas Hausmanninger, editores, Localizando a Internet. Aspectos Éticos em Perspectiva Intercultural. Série ICIE Vol. 4. Fink Verlag, Munique, 2007.

Hubert Dreyfus, O Que os Computadores Não Podem Fazer: Uma Crítica à Razão Artificial. Harper & Row, Nova York, 1972.

Michael Eldred. A Interpretação Restrita de Heidegger sobre a Concepção Grega do Político, 2004. http://www.webcom.com/artefact/untpltcl/rstrpltc.html.

Michael Eldred. O Princípio da Razão e da Justiça, 2006. http://www.webcom.com/artefact/untpltcl/prncprsn.html.

Luciano Floridi. Ética da Informação: Sobre as Bases Teóricas da Ética Computacional. Ética e Informação Tecnologia, 1(1): 37–56, 1999. http://www.wolfson.ox.ac.uk/□floridi/pdf/ieotfce.pdf.

Luciano Floridi. Ética da Informação: Uma Abordagem Ambiental para a Exclusão Digital. Trabalho apresentado como especialista convidado à Comissão Mundial da UNESCO sobre Ética do Conhecimento Científico e Tecnologia (COMEST), Primeira Reunião da Subcomissão sobre Ética da Sociedade da Informação, UNESCO, Paris, 18–19 de junho de 2001. http://www.wolfson.ox.ac.uk/□floridi/pdf/eaie.pdf.

Luciano Floridi. Sobre o Valor Intrínseco da Informação dos Objetos e da Infosfera. Ética e Informação Tecnologia, 4(4): 287–304, 2003. http://www.wolfson.ox.ac.uk/□floridi/.

Luciano Floridi, editor, The Blackwell Guide to the Philosophy of Computing and Information. Blackwell, Malden, MA, 2004.

Luciano Floridi. A Tragédia da Boa Vontade. Ética e Tecnologia da Informação, 8(4): 253–262, 2006.

Luciano Floridi e Jeff W. Sanders. Sobre a Moralidade dos Agentes Artificiais. Minds and Machines, 3: 349–379, 2004. http://www.philosophyofinformation.net/.

Thomas J. Froehlich. Uma breve história da ética da informação. Textos universitaris de biblioteconomia i documentació, 3, 2004. http://www.ub.es/bid/13froel2.htm.

Robert Hauptman, Desafios Éticos na Biblioteconomia. Oryx Press, Phoenix, AZ, 1988.

Ken Herold, editor. The Philosophy of Information. Library Trends, 52(3): 373–670, 2004.

Soraj Hongladarom e Charles Ess, editores, Information Technology Ethics: Cultural Perspectives. Idea Reference, Hershey, Pennsylvania, 2007.

François Jullien. Um Tratado sobre Eficácia: Entre o Pensamento Ocidental e Chinês. Hawaii Press, Honolulu, 2004 (orig. francês: Traité de l'efficacité, Bernard Grasset, Paris 1996).

P. McCorduck. Máquinas que Pensam: Uma Investigação Pessoal sobre a História e Perspectivas da Inteligência Artificial. Freeman, San Francisco, CA, 1979.

James H. Moor. O que é Ética da Computação? Em Terrell Ward Bynum, editor, Computadores & Ética,pp. 266–275, Basil Blackwell, 1985. http://www.southernct.edu/organizations/rccs/resources/teaching/teaching_mono/moor/moor_definition.html.

Toru Nishigaki. A Ética na Sociedade da Informação Japonesa: Considerações sobre 'The Embodied Mind' de Francisco Varela sob a Perspectiva da Informática Fundamental. Ethics and Information Technology, 8(4): 237–242, 2006.

Andy Patrizio. IDC: Spam vai ultrapassar e-mails legítimos este ano. Em internetnews.com, 2007. http://www.internetnews.com/ent-news/article.php/3671836.

Hans-Martin Schönherr, Die Technik und die Schwäche. Ökologie nach Nietzsche, Heidegger und dem 'schwachen' Denken. Passagen Verlag, Viena, 1989.

Herman T. Tavani. O Debate sobre a Singularidade na Ética da Computação: O que Está em Jogo, e Por Que Isso Importa? Ethics and Information Technology, 1(4): 37–54, 2002.

Vivienne Walt. Diamantes não são para sempre. Fortune. Recuperado de http://money.cnn.com/magazines/fortune/fortune_archive/2006/12/11/8395442/index.htm, 7 de dezembro de 2006.

Wikipedia. A Enciclopédia Livre. Ética da Informação. http://en.wikipedia.org/wiki/Information_ethics.

Santiago Zabala, editor, Enfraquecendo a Filosofia. Ensaios em Homenagem a Gianni Vattimo.McGill-Queen's University Press, Montreal, 2007.